

ESCOLA: CIDADANIA, CULTURA E INTERDISCIPLINARIDADE

*Profa. Marilúcia de Menezes Rodrigues**
*Cássia Simone Alves Carvalho Mancuzo***

RESUMO: *O texto aborda as categorias cidadania, cultura e interdisciplinaridade. Enquanto espaço a ser conquistado no interior da escola, a cidadania propicia estudos que permeiam a educação para os direitos humanos e possibilita uma visão da prática da interdisciplinaridade, bem como permite superar algumas questões/situações escolares que impedem a formação do cidadão consciente e comprometido.*

PALAVRAS-CHAVE: Educação - Cidadania - Cultura- Interdisciplinaridade.

ABSTRACT: *The text deals with categories such as citizenship, culture and interdisciplinary issues. As far as being a ground to be conquered within the school, citizenship makes possible studies which permeate human rights education and makes possible a view of the practice of interdisciplinary issues, as well as enabling to overcome some school issues/situations which prevent the formation of a conscious and committed citizen.*

KEY WORDS: Education – Citizenship – Culture – Interdisciplinary issues.

Dentre os desafios do momento presente, contexto marcado pelo avanço tecnológico, pela globalização das comunicações, pelos novos processos produtivos e pelos padrões culturais torna-se relevante, a reflexão sobre cidadania, suas influências e suas relações com a área educacional.

Embora tenha sua gênese na Antigüidade, a palavra cidadania, recentemente, vem ganhando notoriedade, perpassando por várias áreas de estudo

* Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia e do Programa de Mestrado em Magistério Superior da Unit- Centro Universitário do Triângulo.

** Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Uberlândia e bolsista do CNPq.

como a Filosofia, a Sociologia, o Direito, integrando-se, também, aos discursos políticos e aos meios de comunicação.

Enquanto espaço a ser conquistado, também no âmbito da escola, propicia estudos e reflexões que permeiam a questão da Educação para os Direitos Humanos e permite uma nova visão da prática da interdisciplinaridade como viabilizadora da promoção da cidadania – caminha para difundir conceitos e práticas indispensáveis à superação de questões que ainda se fazem presentes no meio educacional, tais como o preconceito, a agressão, a convivência com a deficiência física, etc.

Seguindo esta trajetória, a educação estará se adaptando para redimensionar o campo da esfera dos direitos individuais e coletivos, resguardando valores que traduzam uma postura consciente frente às constantes mudanças da sociedade. Estará ainda propiciando o processo de participação do indivíduo para se chegar a construção da verdadeira cidadania. E, para se chegar a esse processo de participação, de responsabilidade e reverter o quadro de não-cidadania a que assistimos e vivenciamos hoje, acreditamos ser, a educação, o caminho mais seguro, embora lento, para a formação dos novos homens-cidadãos. Acreditamos ser, a escola, um espaço apropriado para a conscientização de crianças, jovens e adultos, quanto ao exercício de direitos e deveres, diante da sociedade e de si mesmo.

1. Escola: espaço para a cidadania

A escola, como qualquer outra instituição, tem se deparado, neste fim de século, com uma série de desafios tais como: valores, modernização, avanço tecnológico, precariedade de recursos humanos e financeiros. Contornar estes desafios, estimulando a troca de experiências e reflexões que proporcionem um saber globalizado, incorporando em seu cotidiano a convivência saudável e sensata com novos valores e costumes, sem com isto esquecer os valores éticos e o respeito a integridade do homem, deve ser, no momento, o objetivo maior da educação.

O principal desafio que se apresenta portanto, será o de construir uma nova escola, fundamentada nos rudimentos da autonomia, da solidariedade, da participação democrática e do compromisso maior com o aluno-cidadão, compreendido como homem social, responsável, participativo, político e produtivo.

Daí, a importância da existência de um projeto pedagógico na escola que propicie a sua reconstrução. Se faz necessário pois, pensar um projeto pedagógico que faça a revisão crítica sobre os problemas do sistema educacional, refletindo sobre a determinação e o compromisso dos profissionais; que faça uma investigação criteriosa da prática pedagógica e uma apreciação dos valores que preponderam no processo de formação do homem para a conscientização do projeto de educação e cidadania.

Ao se admitir a conquista e a inserção dos direitos sociais na relação humana, deve-se pensar como difundir esses direitos através da educação e o que fazer para que eles sejam efetivamente concretizados. De acordo com o documento oficial do governo brasileiro, relativo à prática educativa, recentemente lançado - os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) reafirmam o compromisso com esses valores e, com a cidadania. Espera-se, por conseguinte, uma prática educacional que esteja voltada para a compreensão da realidade social e dos direitos e responsabilidades em relação à vida pessoal, coletiva e ambiental. Não queremos, assim pensando,

...conceber a escola numa perspectiva 'ativista' e encará-la como instituição voltada às transformações sociais, esquecendo seus limites objetivos, se deixando levar por um idealismo inócuo. Por outro lado, descartar toda e qualquer possibilidade de realizar, dentro dela, um trabalho que se encaminhe para a conquista de transformações sociais (ainda que lentas e graduais) tem um efeito paralisador e anestésico. Entretanto, é essencial que a escola não só prepare o aluno para compreender e enfrentar o mundo do trabalho e suas respectivas mediações, mas que contribua para a formação de sua consciência política e social, unindo a 'teoria' à prática. É no avanço desse compromisso que a escola tem um papel a cumprir como elemento da cidadania. E é na proposição de conteúdos escolares mais comprometidos com a compreensão crítica da realidade que se situa sua contribuição para o exercício consciente dessa mesma cidadania. (CURY, 1984:96)

Propor que a escola trate questões sociais na perspectiva da cidadania, nos remete à consideração de alguns pontos.

Deve ser levado em conta, que o aluno, ator principal do cenário escolar, é um sujeito cognoscente, um indivíduo que pensa e interpreta, que atua sobre a realidade (re)construindo o seu dia-a-dia, e por isso mesmo tem diferentes conceitos e reações com relação às mudanças, aos valores e aos diferentes modos de organização da vida social.

É fundamental lembrar a questão da formação dos educadores e sua condição de cidadãos. Assim, é importante pensar na postura crítica que esse profissional assume diante da realidade e no seu grau de maturidade para trabalhar essa temática.

É preciso entender que o ensino, “que recebe a responsabilidade social de promover a formação para a cidadania dos membros da sociedade, ao defrontar-se com esse trabalho, defronta-se, também, com a necessidade de promover sua própria reorganização para orientar-se ele próprio por esse novo sentido” (LÜCK, 1994: 14). E nessa perspectiva é que se pode pensar nos benefícios da interdisciplinaridade.

Por fim, é importante ressaltar os aspectos que dificultam o trabalho de educação para a cidadania na escola como o preconceito, a violência, as deficiências e outros temas que estão impregnados em nossa cultura e que merecem ser questionados.

2. O aluno cidadão

A escola precisa perceber o aluno enquanto indivíduo cidadão, a ser inserido em um mundo, em processo de globalização, onde se tem não somente a universalização do conceito de mercado, mas de política, sociedade e cultura.

Esse aluno que é um indivíduo que continua sendo formado pela família, pela escola, mas que sofre fortes influências da indústria cultural, das novas tecnologias, do mercado de trabalho que o espera e das concepções e filosofias de vida que caracterizam o mundo individualista e competitivo, marcado pela velocidade dos acontecimentos atuais.

O individualismo e a luta pela realização pessoal vêm delinear todo esse processo de mudanças marcado pela busca do sucesso, pela preocupação com a aquisição de conhecimentos para si mesmo e com a melhoria do bem-estar e da auto- imagem. Tudo isso influencia muito as pessoas no que se refere à forma de vestir, comer, portar, ler, ver, sentir e pensar, refletindo em graus diferentes, na sociedade a que pertencem.

E, é com esse aluno que pensa, interpreta e atua sobre a realidade transformando-a, que a escola deve assumir o compromisso de conscientização

e vivência da cidadania. Com certeza, não é educar para a cidadania que vem reforçar o comodismo e o sentimento de passividade diante dos acontecimentos e sim, educar para a conscientização das questões sociais amplas, com ações e realizações coletivas que envolvam esforços por transformações sociais em movimentos organizados. De um lado, o sentido de educar deverá considerar o trabalho como princípio gerador de uma nova dimensão social numa perspectiva de recomposição das relações sociais. De outro, deverá ainda entender a tecnologia como instrumento útil ao homem, mas que, no entanto, não pode superá-lo; tendo em vista o bem-estar coletivo sedimentado em valores como respeito, solidariedade e justiça.

O aluno que chega à escola com estes valores anulados ou distorcidos, seja pela sua condição socio-econômica tanto baixa como alta, seja pela falta de orientação familiar ou religiosa, precisa de parâmetros para seguir; precisa introjetar valores que mudem sua forma de ver as “pessoas diferentes” e aceitá-las em seu convívio diário elaborando assim um novo conceito de cidadania; precisa não ser complacente com situações de violência, de desrespeito à vida e à natureza superando a luta por interesses inconciliáveis com o bem-estar da humanidade.

3. O professor cidadão

Tendo em vista o que foi exposto percebe-se que para que esse aluno assimile ou reforce estes novos valores e conceitos, no âmbito da escola, é necessária uma análise sobre a postura dos profissionais da educação perante a realidade que acaba de ser exposta. E destes profissionais, é o professor o que está mais próximo do aluno e nem sempre tem maturidade suficiente para tratar de valores humanos e de respeito à vida. Ao professor tem sido atribuído o papel de “construir, com o aluno estruturas cognitivas que o façam perceber a si próprio e ao mundo, aumentando progressivamente sua capacidade reflexiva. A preocupação deve ser, portanto, trabalhar com o pensamento do aluno, aliando conhecimento sistematizado e ação”. (GUIMARÃES, 1995: 61)

E esta ação, principalmente, deve estar impregnada de sentimentos que reconheçam e valorizem a diversidade, abrindo possibilidades de escolha para o cidadão, identificando e desenvolvendo alternativas de cooperação para a melhoria da vida em sociedade.

Transformando o mundo social e natural, o homem transforma a si mesmo

buscando sempre suprimir seus anseios e necessidades. O educador, enquanto indivíduo também cidadão, não pode deixar de envolver-se nesta questão. Ele deve ter consciência de que sua ação profissional abrange aspectos políticos, econômicos e sociais abarcados por uma dimensão ética cuja efetivação pleiteia certas condições de operacionalização para não cair na abstração. É o caso da educação para a cidadania que exige a explicitação dos fundamentos do conceito de cidadão, valores implícitos e condições objetivas necessárias para sua efetivação.

Para que o professor possa ampliar seu trabalho na escola numa perspectiva de cidadania, ele precisa desenvolver-se como indivíduo crítico na realidade, participante do processo de construção da cidadania, com uma visão voltada para o tratamento das questões políticas e sociais, isenta da concepção de neutralidade que, quase sempre acompanhou o trabalho educativo fazendo da escola um lugar de reprodução social. É importante que ele assuma uma postura crítica diante da realidade, das informações e dos valores veiculados pela mídia e daqueles trazidos de casa.

É preciso ainda que faça da escola um local possível de construção de relações de autonomia, lembrando que autonomia pressupõe uma relação com os outros num processo coletivo que implica relações de poder não-autoritárias; um local onde se possa criar e recriar a partir de seu próprio trabalho, valorizando a sua pessoa, a sua escolha profissional, redefinindo sua relação e imagem perante a escola e a sociedade.

Faz-se necessário, que assuma um comportamento pessoal que se articule com a manutenção/transformação de valores e desenvolva atitudes que reflitam o seu compromisso com o aluno, enquanto cidadão. Neste sentido, pressupõem-se que seja realizado um trabalho pedagógico que inclua a viabilidade de discussão e questionamento, compreendendo que os conflitos e confrontos são inerentes ao processo democrático que vivemos e que não devem ser considerados negativos, uma vez que por meio deles é que a sociedade tem avançado.

O professor deve estar atento também à existência dos fatores culturais que dificultam o estabelecimento de uma relação direta entre informação-mudança de atitudes. As dimensões culturais respondem a padrões de identificações coletivas importantes para a diversidade de nosso país sendo, fundamental, na elaboração de opiniões e no estabelecimento de atitudes individuais, as

representações coletivas dos grupos sociais aos quais os indivíduos pertencem, lembrando ainda que essas representações sociais são dinâmicas, e evoluem rapidamente.

Daí poder afirmar que estas reflexões levam a perceber que incluir o ensino de valores e o desenvolvimento de atitudes no âmbito escolar significa intervir de forma permanente e sistemática no desenvolvimento de princípios, levando os alunos a compreenderem a importância de seus comportamentos no amplo contexto social.

No entanto, o professor não trabalha sozinho em uma escola e, para que seu trabalho e suas intenções de realizar um projeto de educação voltado para a cidadania venham a ter resultados positivos é indispensável a construção da interdisciplinaridade para nortear, e, até mesmo, fundamentar um trabalho político-pedagógico consistente. E nesse sentido, é preciso repensar as relações de trabalho existente entre esses profissionais, bem como repensar a própria concepção de ensino e sua reorganização para adaptar-se à nova situação.

Percebe-se assim, neste novo contexto, que a questão da cidadania vem sendo evidenciada tanto pelo momento histórico que vivemos, marcado por violências, injustiças e desrespeito, como por uma questão que se faz muito presente, que é: educar para a cidadania. E nesta perspectiva, no plano da política educacional,

A Unesco tem procurado incentivar e destacar a importância de estabelecer eixos norteadores, que garantam simultaneamente a aquisição de conhecimentos básicos para o mundo de hoje e o desenvolvimento da cidadania. O binômio conhecimentos básicos - cidadania sobressai pelo fato de que os atuais desafios e impasses demandam soluções que não estejam impostas, mas negociadas publicamente. (WERTHEIN, 1999)

Embora se reconheça que o conhecimento sistematizado seja relevante para se chegar a cidadania, ele não garante a sua efetivação. Ainda assim, espera-se que a escola deva instrumentalizar o aluno para que ele tenha o máximo de adaptação e integração à vida em sociedade. Nessa perspectiva é que se acredita ser a interdisciplinaridade uma das práticas mais eficazes para a promoção da cidadania.

4. Interdisciplinaridade: um projeto para a educação.

No campo da ciência, o termo interdisciplinaridade está relacionado com a necessidade de superar a visão seccionadora da produção do conhecimento, buscando articular coerentemente os numerosos aspectos da experiência humana.

No campo específico da educação, significa um caminho para avançar rumo à superação da separação das experiências escolares entre si, bem como entre estas experiências e a realidade social.

Vemos assim que, em ambos os casos, a interdisciplinaridade tem como pretensão exceder a visão restrita de mundo e buscar a compreensão de nossa intrínseca realidade.

Partindo da idéia de que a proposta da educação interdisciplinar tem como objetivo superar a fragmentação do conhecimento e a compartimentalização do saber, permitindo uma maior integração e articulação entre as disciplinas, entendemos que esta superação e compartimentalização só se tornam possíveis se organizadas na forma de um projeto educacional, compreendido como um conjunto articulado de propostas e planos de ação com finalidades voltadas para valores previamente explicitados e assumidos, apoiados numa intencionalidade, que pode ser entendido como “guia à ação e sendo ela (a intencionalidade) estabelecida em função do projeto universalizado da sociedade não haverá como contrapor os interesses particulares aos interesses universais que estarão em jogo.” (JANTSCH, 1995:171)

Assim sendo, teremos na escola um projeto que, permeando interdisciplinarmente as atividades escolares, possibilitará a instauração de um campo de relações sociais onde se desenvolva condições de cidadania e democracia, compreendidas como duas referências fundamentais para o desenvolvimento de nossa sociedade numa visão de ação globalizadora e mais humana.

A pertinência de um projeto desta categoria na esfera do pedagógico-educacional pressupõe a formação do profissional, dos agentes sociais em um sentido amplo, mas sobretudo visa a formação do homem . Assim:

O homem só pode ser efetivamente formado como humano se for formado como cidadão. Não sem razão se pode dizer ainda que o projeto educacional

se torna necessário tanto para os indivíduos como para a sociedade. O indivíduo precisa dele para superar sua condição de mera individualidade, alçando-se à condição de cidadão, membro da cidade; a sociedade precisa dele para estender a todos os indivíduos emergentes das novas gerações a intencionalidade da cidadania, de modo a poder garantir a tessitura democrática de suas relações sociais. (In: JANTSCH, 1995: 173)

Daí se esperar da educação e, mais especificamente, do projeto de educação para a cidadania, dentro da perspectiva de Educação e Direitos Humanos, uma prática efetiva de um sólido investimento de forças construtivas, mediando conhecimentos técnicos e científicos voltados para a percepção de relações situacionais que permitam a apreensão das emaranhadas redes políticas da realidade social, possibilitando ao aluno perceber o significado de suas atividades técnicas e culturais.

Atendo-nos ao aspecto da interdisciplinaridade, percebemos que de uma maneira geral, a estruturação de uma prática interdisciplinar pressupõe, fundamentalmente, a questão de o indivíduo perceber-se interdisciplinar. Assim sendo,

A construção de uma didática interdisciplinar baseia-se na possibilidade da efetivação de trocas intersubjetivas. Nesse sentido, o papel e a postura do profissional de ensino que procure promover qualquer tipo de intervenção junto aos professores, tendo em vista a construção de uma didática transformadora ou interdisciplinar, deverão promover essa possibilidade de trocas, estimular o autoconhecimento sobre a prática de cada um e contribuir para a ampliação da leitura de aspectos não desvendados das práticas cotidianas. (FAZENDA, 1994:79)

Percebe-se assim que, a metodologia interdisciplinar pressupõe uma postura diferenciada ante o conhecimento que se mostra na identificação de capacidades, possibilidades e limites da própria disciplina e seus agentes perante o conhecimento e valorização das demais disciplinas. Agentes que a sustentam, alicerçando-se no diálogo e na colaboração, no intuito de criar, inovar, visando além do reconhecimento técnico, produtivo e material, a possibilidade de ascensão humana onde se expanda o empenho criativo de transformar a concreta realidade social-histórica, pelas vias da educação, em uma realidade humanizante, que dê sentido à vida.

O procedimento adotado hoje com o conteúdo das disciplinas de ensino se dá na ênfase de informações isoladas que passam a valer por si mesmas

isentando o homem da responsabilidade de ver e compreender o mundo e posicionar-se diante da problemática social. Esse tipo de ensino fragmentado esquece-se do processo de oportunizar a crítica inteligente e centra-se tão somente na reprodução do conhecimento, tornando-se um ensino que “deixa de formar cidadãos capazes de participar do processo de elaboração de novas idéias e conceitos, tão fundamental para o exercício da cidadania crítica e participação na sociedade moderna, onde tanto se valoriza o conhecimento.” (LÜCK, 1994: 39)

Portanto, o desafio que é posto à educação, a fim de que coopere para a formação de indivíduos capazes de se defrontarem com os problemas do seu ambiente cultural e natural, consiste em que se apresente como uma ação educativa dinâmica e dialética, visando desenvolver entre seus participantes a consciência da realidade humana e social, da qual a escola faz parte, mediante uma perspectiva globalizadora.

O enfoque interdisciplinar, no contexto da educação, manifesta-se, assim, como uma contribuição para a reflexão e o encaminhamento de solução às dificuldades relacionadas ao ensino construindo uma perspectiva crítica que além de refletir sobre sua própria realidade busca examinar a origem, a natureza, o modo de ser e a finalidade do conhecimento em geral e do conhecimento científico especialmente, enquanto representação da realidade. Nesse sentido,

para que a busca da interdisciplinaridade se constitua em um processo efetivamente interdisciplinar, é necessário que seja considerada como um movimento contínuo de superação de estágios limitados de significados e abrangência, isto é, que seja busca e por isso mesmo sujeita a situações de tateio e até mesmo inicialmente distanciadas da interdisciplinaridade . (...) Não há receitas para a construção interdisciplinar na escola. ela se constitui em um processo de intercomunicação de professores que não é dado e sim, construído por meio de encontros e desencontros, hesitações e dificuldades, avanços e recuos, tendo em vista que, necessariamente, se questiona a própria pessoa do professor e seu modo de compreender a realidade, no processo. (LÜCK, 1994:78)

Concluimos, portanto, que a interdisciplinaridade corresponde a uma nova consciência da realidade, a uma nova forma de pensar que resulte num ato de troca, estabelecida numa linguagem comum que oriente e integre o ensino à realidade, promovendo a formação global e crítica do aluno.

5. Considerações para uma educação para a cidadania

. Portadores de necessidades especiais

Quando o adulto recusa à criança o direito de receber informações e esclarecimentos sobre o que ele considera anormalidades está praticando uma das formas mais sutis de discriminação e obstruindo um caminho que faz parte do processo de construção da cidadania.

A falta de informação que implicará conseqüentemente na “falta de formação” impede que o aluno venha a ver a questão dos portadores de deficiência como um problema social - no sentido da prevenção e da intervenção médica - e por isso mesmo um problema de todos. Concordamos portanto com Cláudia Werneck (1977) quando diz que, a falta de formação é o alicerce do preconceito, que vem sendo reforçada por uma educação onde somos instruídos para não olhar a diferença do outro, sua deficiência, sua cadeira de rodas; e sem o apoio do adulto, muitas vezes o aluno, principalmente a criança, busca mecanismos de satisfazer sua curiosidade acerca das diferenças individuais captando informações truncadas e estereotipadas, incluindo as da mídia que, sem dúvida, reflete uma sociedade pretensiosa e incapaz de perceber a deficiência como uma questão humana.

Por outro lado, o preconceito muitas vezes impede de vermos o portador de necessidades especiais, e aí deve-se levar em conta o tipo de deficiência, como uma pessoa que apesar de sua diferença não é mais importante que as outras e que por isso ele não deva tirar vantagem de sua situação. Para assumir seu desenvolvimento, é preciso que ele seja responsável por si mesmo, o que pode ser facilitado pela organização da escola.

O alheamento a esse desenvolvimento aponta um outro forte aspecto da negação à cidadania e o não cumprimento do papel educacional que é o de “propiciar aos alunos condições favoráveis para o seu crescimento social, intelectual e cultural” (PIEROSSI, 1990: 143), principalmente dos que são mais necessitados de oportunidades .

.Violência

Os problemas da escola de hoje não se resumem apenas a aspectos pedagógicos. A caracterização do mundo como um espaço indeterminado, ausente

de regras e valores cede lugar a um mundo de violência que adentra as instituições escolares, visível ou invisível.

Temos hoje a expansão da violência, tanto física como moral, fazendo substituir a liberdade pelo medo e pela insegurança e a escola sente esta substituição por constituir-se em um espaço cujos valores estão em conflito com aqueles dominantes no mundo que a circunda. Temos uma cultura escolar que não coincide com a cultura do mundo e, na medida que a escola se deixa adentrar por essa cultura mundana ou popular, se vê frente a impossibilidade de cumprir sua função socializadora, precisando encontrar caminhos para enfrentar a nova realidade sem deixar de cumprir suas funções sociais.

Percebe-se assim que a invasão da escola por esta cultura da rua expõe professores e funcionários diante de situações para as quais não foram e nem estão preparados, o que muitas vezes leva a um processo de rejeição, que por sua vez gera a violência dentro da escola, caracterizada pela depredação do prédio escolar, chantagem e agressão a colegas e professores, uso de drogas e até mesmo assassinatos.

Se a escola trabalha tão somente com crianças pequenas, pode-se perceber os vestígios da violência nas brincadeiras do pátio, na forma de falar e nos próprios desenhos e redações da criança, e ainda nestas situações a maioria dos profissionais ficam inertes por simples omissão ou por não saberem como agir perante a violência generalizada.

Diante destas diferentes situações deve-se pensar a escola como um local onde o aluno encontre meios de se instrumentalizar para a efetivação de seus projetos, bem como um local onde os valores morais possam ser pensados e refletidos e não somente impostos arbitrariamente. Um local onde se possa aprender a viver com liberdade aliada à responsabilidade e à racionalidade. E, para tanto, a escola deve propor e vivenciar um ambiente acolhedor que valorize sobretudo o respeito, num convívio que substitua a competição pela ajuda mútua e pela solidariedade. “Assim, sem prejuízo da formação geral, sem prejuízo da aprendizagem de conhecimentos que transcendem o dia-a-dia, a escola sensibilizará e instrumentalizará os alunos para o convívio do cotidiano. Estará, na prática, articulando formação escolar e cidadania.” (PCN - Temas Transversais e Ética, 1997: 133)

. Preconceito Sexual

A sexualidade é parte integrante do ser, entendida como algo inerente, que se manifesta desde seu nascimento até a morte. É uma construção pessoal marcada por regras sociais que são transformadas pela história, cultura, ciência, assim como pelos afetos e sentimentos individuais.

A sexualidade, bem como a inteligência, é estruturada a partir de possibilidades individuais e da interação do indivíduo com o meio e a cultura. Daí um trabalho sistematizado da escola que atente para esta questão articulando esclarecimento de dúvidas e curiosidades buscando desenvolver uma visão de sexualidade ligada à vida, à saúde, ao bem-estar e sobretudo ao respeito, vencendo os estereótipos que tanto dificultam o exercício da plena cidadania. É comum, “nos pátios, recreios e aulas assistirmos a construção de diferentes masculinidades e suas implicações para a construção de diferentes feminilidades e contribuirmos com elas.” (CHAGAS, 1998: 9)

A escola deve pois, conscientizar-se do seu relevante papel na construção da sexualidade preparando-se para a melhor forma de relacionar-se com as inúmeras informações e mensagens que impõem formas diversas de sentir e agir para mulheres e homens, valorizando e privilegiando um grupo em detrimento de outro.

Além disso caberá à escola “abordar os diversos pontos de vista, valores e crenças existentes na sociedade para auxiliar o aluno a encontrar um ponto de auto-referência por meio da reflexão.” (PCN - Pluralidade Cultural e Orientação Sexual, 1997 : 121)

Reflexão esta que levará o aluno a perceber as diferenças não como padrões preestabelecidos, mas como singularidades de cada um, uma vez que, mesmo havendo transformações de costumes e valores em nossa sociedade, ainda encontramos muita discriminação dissimulada pelo gênero.

E para dismantellar esta situação, é preciso que se comece por uma reestruturação do currículo abordando diferentes concepções de trabalho e dando incentivos para que se garanta a igualdade de oportunidades, ensinando os alunos a serem conscientes do sexismo que existe entre nós. É preciso saber trabalhar com os livros, com os programas de televisão e anúncios publicitários que tanto enfatizam o heroísmo e a força do homem apoiando-se na diversidade de comportamento de homens e mulheres em função da época e do local onde vivem, respeitando as várias expressões do feminino e do masculino.

. Preconceito Étnico

Numa sociedade em que negros, índios e às vezes alguns estrangeiros, têm bem menos oportunidades que outros indivíduos, é comum ver o preconceito surgindo em atitudes que podem parecer inocentes e casuais, mas que camuflam uma forte carga de exclusão social.

Na maioria das vezes essa discriminação acontece 'inocentemente' através de piadas e ditos racistas aliados à falsa associação entre cor, pobreza, raça e criminalidade, ou veicula pelos livros didáticos na forma de ilustrações e identificação de papéis sociais, sem prestígios impostos a esses personagens.

É preciso então, aprender a valorizar o patrimônio cultural e histórico do país levando o aluno a reconhecer a diversidade de padrões culturais que caracterizam a convivência social na escola. É necessário oportunizar um ambiente respeitoso onde as falas, os costumes, saberes e tradições sejam trazidos pelos alunos e professores propiciando um momento de troca e organização de conhecimentos, compreendendo o simbolismo das expressões culturais não como um fato isolado e sim como resultado das relações de visão de mundo, costumes e valores da cultura a que pertencem.

Cabe, principalmente à escola, fornecer informações básicas que propiciem ao aluno, conhecer a ampla diversidade sociocultural brasileira, difundindo as contribuições das diferentes culturas presentes no território nacional, e suprimir conceitos errôneos, culturalmente disseminados, referentes aos vários grupos humanos que constituem o país.

Trabalhar o regionalismo e o estrangeirismo também é uma forma de repúdio à injustiça e à exclusão social, e ainda uma oportunidade para consolidação de direitos de cidadania que podem ser explorados nos mais diferentes momentos da educação escolar.

Desta forma, passa a ser papel da educação desenvolver, nos alunos, a consciência de que a situação social e étnica que vivenciamos é passível de mudança pelo cultivo de sentimentos de solidariedade e responsabilidade mútua pelos destinos de todos.

. Meio Ambiente

O atual momento de nossa sociedade vem enfocando cada vez mais a necessidade de nos preocuparmos com as questões ambientais considerando os desgastes e prejuízos que a natureza vem sofrendo em nome do progresso da humanidade. Ao mesmo tempo, a escola enquanto parte integrante do processo educativo, é chamada a dar sua contribuição no sentido de dar respostas a mais este problema contemporâneo, viabilizando a concretização da cidadania. Para isso, é preciso que se (re)construa o conceito de natureza, e que a escola busque caminhos para uma educação fundamentada no respeito ao meio ambiente, visualizando as implicações políticas, sociais e históricas deste processo, implementando a educação ambiental através de momentos de vivência e prática do aluno.

É oportuno pensar na formação de cidadãos conscientes capazes de decidirem e atuarem na realidade socioambiental desenvolvendo comportamentos e hábitos comprometidos com o respeito à vida, implementando valores que muitas vezes os alunos não possuem.

Neste caso, evidencia-se a necessidade de identificação dos elementos da natureza e as relações estabelecidas entre eles e os fatores sociais, econômicos, políticos e culturais existentes, enfocando os mecanismos de proteção, preservação, degradação, conservação, recuperação e reabilitação do meio ambiente.

Destaca-se, assim, a importância da promoção de atividades que garantam meios para os alunos colocarem em prática o aprendizados muitas vezes teórico e sua capacidade de contribuição.

A escola, desta forma, enquanto instituição social, estará ampliando suas possibilidades de intervenção numa realidade, a do meio ambiente, que deve ser vista como fundamental para a sobrevivência do próprio homem.

Considerações Finais

A escola não é a única responsável pela formação do indivíduo cidadão e tão pouco irá transformar o mundo com técnicas e inovações pedagógicas. A escola constitui-se em um espaço onde pessoas de diferentes culturas, idades e

graus de instrução se encontram, e às vezes, permanecem por um bom tempo de suas vidas, sem se darem conta de que estão construindo momentos históricos, participando de discursos e fortalecendo ou não um modelo de sociedade que lhes é apresentado.

Adentram-se neste espaço alunos impregnados de conceitos e valores que trazem de suas experiências familiares; profissionais que têm uma história de vida e posturas diferenciadas perante cada situação. Ambos se deparam com realidades e propostas educacionais que nem sempre satisfazem seus anseios, suas expectativas ou projetos de vida. Além disso, passam a conviver com outras pessoas de 'mundos' diferentes, culturas diferentes, presença ou ausência de valores e regras.

Neste cenário, alunos e profissionais da educação buscam alternativas que dêem ao processo educativo, um sentido maior ao discurso de direito à vida e à integridade do homem, buscando resgatar valores que redimensionem a vida em sociedade.

Portanto, pensar em uma educação para a cidadania não se trata de formar cidadãos para resolverem sozinhos os problemas da nação, mas indivíduos que compreendam a importância de caminhar junto com o outro, aprendendo a compartilhar seu conflito, ganhando e seduzindo o outro para projetos que considerem os anseios coletivos

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHAGAS, Eva Regina C. Sexualidade - vencendo os estereótipos para uma educação saudável. In: *Revista do professor*. Porto Alegre, 14 (55): 9-10, jul./set. 1998.

CANDAU, Vera Maria e outros. *Tecendo a Cidadania: oficinas pedagógicas de direitos humanos*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1995, 126p.

CHAGAS, Eva Regina Carrazoni. Sexualidade. In: *Revista do Professor*. Porto Alegre (55), Jul./Set. 1998 p. 9-10.

CURY, Carlos R. Jamil. *Escola - Trabalho - Cidadania*. Niterói : CBE - III Conferência Brasileira de Educação, 1984.

FAZENDA, Ivani C. Arantes. *Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa*. Campinas: Papyrus, 1994.

FERREIRA, Nilda Teves. *Cidadania: uma questão para a educação*. 2.ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993, 264 p.

GUIMARÃES, I.V. O ensino de Geografia em tempos de globalização e da crise paradigmática. In: *Ensino em Re-vista*, Uberlândia 4(1) : 59-64, jan./dez. 1995.

JANTSCH, Ari Paulo, BIANCHETTI, Lucídio (orgs.). *Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito*. Petrópolis: Vozes, 1995.

LÜCK, Heloísa. *Pedagogia Interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológicos*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MEC/SEF/PCN- Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais e ética/ Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, 1997

MEC/SEF/PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual /Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, 1997

PIEROSI, Zoraide Duarte. Discutindo preconceitos e discriminação na escola : formação e atribuição de classes. In : *Isto se aprende com o Ciclo Básico*. Secretaria de Estado da Educação: Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. São Paulo, 1990.

WERNECK, Claudia. *Ninguém mais vai ser bonzinho, na sociedade inclusiva*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

WERTHEIN, Jorge. Educação, emprego e cidadania. *Folha de São Paulo*, 03.02.99